

# HISTÓRICO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM UM MUNICÍPIO DO NORTE DO PARANÁ NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS: ASPECTOS NORMATIVOS

## Autor(es)

Bernadete Lema Mazzafera

Lidiane Machado

Lorena Mariane Santos Rissi

Fabiola Fernanda Costa Sandes

Rosemary Inês Marcelino

Elaine Cristina Mateus Santos

Renato Henrique Rehder

Márcio Eleotério Cunha

## Categoria do Trabalho

Pesquisa

## Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - CATUAÍ

## Introdução

A formação continuada de professores constitui-se em um dos pilares fundamentais para a melhoria da qualidade educacional, assegurando que os profissionais estejam preparados para lidar com os desafios pedagógicos contemporâneos. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, nº 13.005/2014) estabelecem a obrigatoriedade da formação docente, reforçando a necessidade de atualização permanente. Tardif (2002) destaca que o saber docente é construído na prática, articulando teoria e experiência, enquanto Nóvoa (2009) ressalta a importância de compreender a profissão como um processo histórico e social. Esses referenciais demonstram que a formação deve considerar o contexto local e as demandas reais das escolas. No município estudado, compreender a trajetória dos últimos três anos permite evidenciar como aspectos normativos e práticos se articulam na consolidação de políticas de formação. Assim, a investigação contribui para identificar avanços, desafios e estratégias voltadas ao fortalecimento da profissão docente e à qualificação da prática pedagógica.

## Objetivo

Analizar o histórico da formação continuada de professores em um município do norte do Paraná entre 2021 e 2023, destacando os aspectos normativos que fundamentaram as ações e identificando avanços, desafios e estratégias para integrar teoria e prática na qualificação docente.

## Material e Métodos

O estudo tem abordagem documental e exploratória, com análise de normativas, programas e relatórios referentes à formação continuada de 2021 a 2023. Foram consultados documentos oficiais, como leis, decretos, planos

municipais e relatórios da Secretaria Municipal de Educação, além de registros de cursos ofertados. A análise considerou legislações nacionais (LDB e PNE), diretrizes do CNE e normas estaduais e municipais. Os dados foram organizados em categorias: aspectos normativos, metodologias, temáticas, carga horária e frequência. A partir disso, realizou-se análise comparativa entre políticas e práticas locais, identificando avanços e lacunas. O tratamento qualitativo, fundamentado em autores como Tardif (2002) e Növoa (2009), possibilitou interpretar resultados, ressaltando a articulação entre saberes docentes, experiência prática e marcos normativos. O método permitiu compreender a evolução das políticas de formação e avaliar sua efetividade no fortalecimento da prática pedagógica.

### Resultados e Discussão

Entre 2021 e 2023, a formação docente no município acompanhou mudanças contextuais e avanços normativos. Em 2021, a pandemia exigiu adaptações para o ensino remoto, priorizando capacitações em tecnologias digitais, produção de videoaulas e estratégias de engajamento virtual. Aproximadamente 80% dos professores participaram, embora dificuldades técnicas tenham sido relatadas. Em 2022, com a retomada das aulas presenciais, a formação consolidou metodologias ativas, práticas inclusivas e planejamento pedagógico, com adesão de 90% dos docentes. Nesse período, instrumentos de avaliação, como questionários e observações, foram introduzidos para medir impacto. Já em 2023, as ações priorizaram a integração com universidades locais, a ampliação da formação prática e o atendimento de alunos com necessidades específicas.

Formalizaram-se comunidades de prática e passaram a ser monitorados indicadores de desempenho docente. A análise normativa revela alinhamento com a LDB, PNE, diretrizes do CNE e normas municipais, que regulamentam frequência e certificação. Os avanços incluem parcerias institucionais, integração com projetos pedagógicos e uso consistente de tecnologias digitais. Contudo, ainda persistem desafios como desigualdades de acesso, limitações orçamentárias, resistência a metodologias inovadoras, sobrecarga de trabalho e ausência de métricas consolidadas de impacto. Em comparação ao cenário nacional, o município seguiu tendências de valorização da carreira e incorporação de recursos digitais, mas enfrenta lacunas semelhantes às demais redes, principalmente quanto à equidade e à avaliação sistemática. A literatura de Tardif, Növoa, Imbernón, Perrenoud, Marcelo Garcia e Libâneo confirma a centralidade da formação como processo contínuo, contextualizado e articulado à prática. As experiências analisadas evidenciam progressos, mas também reforçam a necessidade de maior acompanhamento, equidade e inovação.

### Conclusão

O histórico analisado evidencia avanços significativos na formação continuada docente, como a incorporação de tecnologias, metodologias ativas, parcerias com universidades e comunidades de prática. Contudo, permanecem desafios relacionados a recursos, desigualdade e avaliação de impacto. Recomenda-se ampliar estratégias de acompanhamento e inclusão digital, assegurando acesso equitativo e aplicabilidade das formações à melhoria da qualidade educacional.

### Referências

- BRASIL. Diretrizes para a formação inicial e continuada de professores. Conselho Nacional de Educação (CNE).
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE).
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIBÂNEO, J. C. Didática e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2013.



## 28º Encontro de Atividades Científicas

03 a 07 de novembro de 2025

Evento Online

MARCELO GARCIA, C. Formação de professores. Porto: Porto Editora, 1999.

NÓVOA, A. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, M. R. Tecnologias digitais na formação docente: experiências e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, 2023.

PEREIRA, L. Gestão da formação continuada e políticas municipais. Cadernos de Educação, 2021.

PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, J. P. Formação continuada de professores: práticas e desafios. Revista Educação e Sociedade, 2022.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.